

## CORREIO JURÍDICO

POR  
MARTHA IMENES



*Decisão de Dino provoca um "impasse delicado"*

### Ministro Dino pede explicação sobre desvios no Dnocs

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para que a Câmara dos Deputados, o Senado e o governo federal expliquem as irregularidades investigadas no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Na última semana o ministro autorizou uma operação da Polícia Federal (PF) para apurar desvios que podem chegar a até R\$ 22 milhões em obras de pavimentação viária executadas pelo Dnocs, órgão federal ligado ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O dinheiro é oriundo de emendas parlamentares.

A investigação surgiu a partir de relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU) que fiscalizaram contratos firmados pelo Dnocs entre os anos de 2021 e 2023. O órgão constatou diversas irregularidades, incluindo a apresentação de fotos de outros locais para comprovar a realização de obras nunca realizadas.

### Orçamento de emenda

A CGU destacou que as contratações tiveram como critério a existência de orçamento disponibilizado por emendas parlamentares, sem levar em consideração a real necessidade do gasto. No período, órgão fechou R\$ 1,8 bilhão em contratos, dos quais cerca de 60% foram para obras de pavimentação viária e R\$ 355 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos.

Evelson de Freitas/ Sesc



*Ministra Carmém Lúcia deu palestra no evento*

### 'Ditadura é erva daninha que precisa ser cortada'

A ministra Carmém Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante evento literário destacou que a sociedade precisa lutar diariamente para defender a democracia contra iniciativas autoritárias. Ela comparou as ditaduras às ervas daninhas, que precisam ser cortadas e vigiadas para que não voltem a ameaçar o país. A fala ocorre dias depois de o STF determinar o início do cumprimento das penas impostas aos condenados do Núcleo 1 da tentativa de golpe de estado. O grupo é formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, militares e ex-integrantes do primeiro escalão do governo. A ministra comparou regimes de exceção com plantas que nascem em momentos indesejados e trazem impactos negativos para o ecossistema.

### Indígenas

Supremo manda Belo Monte pagar R\$ 19 milhões a indígenas afetados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O montante deverá ser usado para incrementar o Bolsa Família dos indígenas. O processo determina que os povos tenham participação nos lucros da usina.

### Vorcaro

O Ministério Pùblico Federal (MPF) recorreu da decisão que mandou soltar o banqueiro Daniel Vorcaro e mais quatro sócios do Banco Master. A desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, concedeu habeas corpus e entendeu eles podem responder em liberdade.

### Tornozeleira

Além de Vorcaro, também foram soltos os ex-diretores Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antônio Ribeiro da Silva, além de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do banco. Todos estão de tornozeleira. Eles estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com investigados e de sair do país.

### Compliance zero

Vorcaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco ligado ao governo do Distrito Federal.

### Fraude de R\$ 17 bi

De acordo com as investigações, as fraudes financeiras podem chegar a R\$ 17 bilhões. Após a prisão dos réus, os advogados de Daniel Vorcaro negaram que o banqueiro tentou fugir do país e sustentaram que ele sempre se colocou à disposição para contribuir com a apuração dos fatos.

### Auditória externa

O BRB, ligado ao governo do DF, informou que vai contratar uma auditoria externa para apurar os fatos. O banco também informou que vai apurar possíveis falhas de governança ou dos controles internos. Desde o início dos negócios envolvendo os bancos Master e o BRB críticas e dúvidas têm sido constantes.



*O advogado-geral da União, Jorge Messias*

## Crise na AGU: manobra visa desgastar Lula ao chamar Messias a depor

Nome do AGU não é citado em qualquer documento na CPMI

Há dias o senador Carlos Viana soltou nas redes sociais que

tina do advogado-geral da União, Jorge Messias.

pretende convocar o escolhido do presidente Lula para assumir a vaga deixada por Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), Jorge Messias, atual Advogado-Geral da União (AGU) para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os descontos não autorizados em aposentadorias e pensões. A nomeação de Messias para o STF tem provocado embates no Planalto já que a nomeação ao cargo de ministro do STF já foi, inclusive, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Sem citação

Viana só esqueceu de um detalhe: o ministro da AGU não é citado ou investigado pelos indícios de fraude no INSS. O depoimento na CPMI, para sair do papel, precisará contar com o aval da maioria dos membros do colegiado, que precisariam votar seu convite. Interlocutores do governo avaliam que essa é mais uma manobra política.

"A AGU tem responsabilidade direta: deixou de agir, deixou de defender o povo e assistiu tudo calada. Isso tem nome: prevaricação", escreveu o parlamentar.

### Cancelamento de sabatina

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), anunciou o cancelamento da saba-

tina do advogado-geral da União, Jorge Messias. A sabatina de Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e a votação da indicação no plenário do Senado estavam previstas para o dia 10 de dezembro.

Para ganhar tempo e viabilizar reuniões de Messias com senadores, o governo Lula não enviou ao Senado a mensagem que formaliza a indicação de Messias.

Sem isso, a Casa não consegue analisar a indicação no cronograma anunciado por Alcolumbre e pelo presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA).

### Críticas

Em comunicado a senadores, o presidente do Senado classificou a demora do governo Lula em formalizar a indicação com o envio da mensagem como "grave e sem precedentes".

"Após a definição das datas pelo Legislativo, o Senado foi surpreendido com a ausência do envio da mensagem escrita referente à indicação, já publicada no Diário Oficial da União e amplamente anunciamda. Essa omissão, de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, é grave e sem precedentes", disse.

Procurado, o advogado-geral não quis se manifestar.